

# *The conscience of the eye: the design and social life of cities*

de Richard Sennet. Nova York, W.W.Norton, 1990.

por Silvara Rubino

Em seu livro mais recente, *The conscience of the eye*, de 1990, Richard Sennet retoma os mesmos temas que já havia trabalhado em *O declínio do homem público* e, segundo sua própria apresentação, em um romance, *Palais Royal*. Buscando encerrar uma trilogia, retoma o argumento de que a cultura moderna sofre de uma cisão entre interior e exterior, entre as experiências mais subjetivas e as mais mundanas, entre *o self* e a cidade. Sua intenção é demonstrar que o medo de exposição que experimentamos, essa barreira entre a vida interior e exterior foi socialmente construída. Mais: foi solidamente edificada pela cultura cristã ocidental, inscrita em seus edifícios e cidades, que nossos olhos, sem o saber, captam constantemente. Se Boas no início do século escreveu ser o olho um órgão de tradição, Sennet lembra que para Santo Agostinho, assim como para Platão, o olho era um órgão de consciência. Uma leitura mais influenciada por Bourdieu nos levaria a concluir, após a leitura deste livro, que o olho é também um órgão portador de *habitus*, que nosso olhar, aquilo que podemos ver, carrega a inscrição da estrutura social.

De qualquer forma, Sennet quer chegar à afirmação de que o olho é tanto um órgão de fé como de dominação e, buscando dar conteúdo ao seu argumento, vai buscar na cidade cristã do início da Idade Média o fundamento dos dilemas que ainda hoje os olhos captam ao atravessar cidades como Nova York.

"De onde vem nosso medo contemporâneo da exposição pública?", pergunta-se Sennet ao contemplar os modernos edifícios de vidro de Manhattan. Sua resposta é que esse medo é o centro, o coração da imaginação da cultura judaico-cristã. Seu exemplo, primoroso, é o da construção da cidade cristã no século VII. Santo Isidoro, que concebeu seu plano, tinha no dicionário etimológico que elaborou uma distinção entre *urbes* e *cidade*. O primeiro termo se referia às pedras da cidade, aos caminhos traçados pelo comércio para abrigo, descanso e para troca. Cidade tinha a ver com civitas, com as emoções, rituais e concepções que tomam a forma de uma cidade. Não poderia ser a *urbes* o lugar do cristianismo, pois os espaços sagrado e secular não poderiam ter semelhança física. Assim, enquanto os edifícios seculares podiam se erguer amontoados em ruas entrecortadas e de fluxo ineficiente, as igrejas deviam ter sua localização estudada precisamente, seu desenho calculado. A igreja gótica criou suas abóbadas e arcos com o mínimo de material e o máximo de exatidão, pois a precisão, perante o entorno, possuía um valor espiritual. A igreja precisava estar no centro, ser o ponto de referência da cidade: um centro grande, visível e sólido, a claridade da presença de Deus em contraste com a diversidade de experiências da *urbes*.

Nesse espaço claro e preciso, a caridade era uma obrigação: ao redor da igreja crianças eram abandonadas e vítimas da peste se estabeleciam. A entrada da igreja tornou-se uma zona de imunidade, de transição entre o caos da cidade e o silêncio de seu interior. Qualquer necessitado sabia aonde ir embora pagando, é claro, o preço da submissão, caso necessitasse de auxílio. Hoje, contrasta Sennet, temos que definir qual a origem do mal para nos dirigirmos ao local especializado: é melhor um portador de Aids ir ao médico que à igreja.

Foi edificando esse contraste entre o interior e o exterior do espaço da igreja na cidade que a cultura cristã deixou marcado no território um dualismo, que Sennet considera corrosivo, entre interior e exterior. Eis então uma das raízes históricas de nosso medo de exposição: a dor, o pranto, eram tolerados nesse espaço de transição, enquanto a cidade do mundo secular permanecia amorfa, violenta, o espaço do esquecimento social.

Se o espaço interno do catolicismo era físico, um espaço que as pessoas podiam compartilhar, o espaço interno do puritanismo era imaterial, era o espaço de um individualismo radical. "O olho do puritano só podia ver dentro dele mesmo", afirma Sennet, "e fora não havia nada." Enquanto o espaço do santuário expressava o desejo de se colocar alguém nas mãos da autoridade, o espaço da imaginação protestante expressava o desejo de um poder egoísta. A luta interior era de tal intensidade que o exterior devia ser neutralizado. A presença de necessitados e perturbados nas ruas era cima invasão. Não é por acaso, diz Sennet, que palavras usualmente empregadas pela literatura para falar da cidade moderna americana - impessoalidade, frieza, vazio - são palavras centrais no léxico protestante. E o autor vai então buscar o desenho com o qual o protestante elaborou as cidades americanas, na verdade uma imagem urbana muito antiga: a de uma cruz dentro de um círculo - a malha quadriculada.

É interessante lembrar que há quase sessenta anos o também weberiano Sergio Buarque de Holanda, em um capítulo de seu *Raízes do Brasil*, falava da malha quadriculada como uma demonstração de poder político, comparando o colonizador português ao espanhol. Este, escreveu, tomou posse do território conquistado, estabelecendo ali cidades que seguiam tratados, onde a igreja ocupava a praça central e as ruas partiam em perpendiculares e paralelas. A cidade brasileira, em contraste, seguia o caminho das serras, das encostas, e se localizava na orla marítima, voltada que estava para Portugal. E Lúcio Costa, ao apresentar anos depois o plano piloto de Brasília, que tem também o desenho de uma cruz, definiu seu

gesto como o de uma conquista, de uma tomada de posse do Oeste.

Na história do urbanismo ocidental, diz Sennet, a malha teve usos frequentes quando se tratava de construir um novo espaço ou de renovar um espaço destruído. Mas nenhum desenho, adverte, carrega um sentido permanente. Se os romanos usavam a malha para obter um desenho carregado de emoções, os protestantes americanos foram os primeiros a usá-la com o propósito de negar a complexidade e a diferenciação existente no ambiente. Ela é desse modo o desenho protestante da cidade neutra: a malha foi usada como um plano para neutralizar o entorno.

A segunda forma geográfica de espaço neutralizado é a perda, a anulação do centro: mesmo que exista o desejo de um ponto central, diz Sennet, é difícil deduzir onde devem ser os espaços públicos se o mapa mostra apenas mais e mais retângulos de terra. Eis para Sennet a ética protestante do espaço: um terreno para a competição econômica, um tabuleiro de xadrez, um espaço neutro que nega à natureza qualquer valor em si. Quando já do alto de um capitalismo mais avançado os americanos passaram a pensar em alternativas à malha cartesiana, a escolha não recaiu em ruas mais complexas, praças ou locais para se experimentar a vida da cidade, mas em um bucolismo oposto, do qual a construção do Central Park no século XIX é o exemplo mais acabado.

Com esses exemplos entre outros, Sennet estabelece ricas relações entre cultura e política, examinando a inscrição desta no espaço compartilhado mediante a explicação histórica. Sua análise é erudita e detalhada, e os nexos que constrói são com frequência surpreendentes. Sennet retoma os princípios católicos e protestantes para localizar o nascimento daquilo que na verdade gostaria de ver superado: a cisão esquizofrênica entre interior e exterior. Superado, porque ele conclui seu trabalho assinalando que precisaríamos estimular o oposto do que observamos nas cidades, que deveríamos poder ver Apoio, e não o deus do sofrimento cristão, nos espaços das ruas. A riqueza desse recurso à história é trazer à tona uma gama de articulações que de outra forma não poderiam ser construídas: o credo agostiniano e a praça da igreja, o *ethos* protestante e a malha da cidade. Por outro lado, sua história é um tanto despovoada de atores, e nela há mais Idade Média, Iluminismo, século XVIII ou XIX que homens, com exceção das personagens de literatura que toma de empréstimo para reiterar suas hipóteses.

Isso gera um descompasso no livro quando ele finalmente chega à contemporaneidade. Aqui, Sennet parte de sua própria percepção da cidade: o distanciamento histórico é substituído por uma narrativa entre etnográfica e literária do próprio autor caminhando por Nova York. Nesse momento o livro poderia crescer agregando história e antropologia, diacronia e sincronia, informações de segunda mão com observação e pesquisa empírica. Mas, ao invés disso, caímos num certo impressionismo, surpreendentemente auto-referente. O mesmo Sennet que gostaria de ver superada a cisão entre exterioridade e interioridade torna-se um autor de um subjetivismo extremo, que causa problemas ao seu livro. A Nova York apresentada ao leitor é aquela de seu caminho para almoçar, quando sai de *seu* apartamento no Greenwich Village; suas impressões sobre tais ou quais bares, *seus* sentimentos em relação aos drogados e *homeless que ele nos apresenta*. Mesmo seu filho e suas lições de música são chamados para compor o quadro que quer pintar, de uma cidade distante, hostil, cheia de gente mas ainda assim descarnada. O subjetivismo de seu romance Palais Royal, que pretendia unir à crítica social de seus outros livros, comparece, mas ao preço de tomar seu presente trabalho desigual e cindido. Se o distanciamento histórico tivesse sido substituído por um distanciamento etnográfico, se Sennet tivesse se imposto o desafio de praticar o estranhamento, talvez ele se permitisse encontrar surpresas em seus caminhos diários. Ou se, indo em outra direção teórica, ele tivesse levado às últimas consequências seu exercício de subjetividade, transformando-a em intersubjetividade, certamente teria podido extrair dessa proximidade uma análise inovadora. Mas não é o que podemos ver em seus roteiros.

Se em sua análise visual retrospectiva ele havia eleito como foco as cidades do catolicismo e protestantismo, no período atual ele elege a arquitetura dos edifícios de vidro. Há uma noção interessante e pouco explorada de que a malha se verticaliza na cidade contemporânea, de que o poder está agora expresso nos arranha-céus de vidro e aço. Se a cidade cristã conferia valor à interioridade, a cidade iluminista passou a ver as pessoas do lado de fora, e não necessariamente em multidões.

O ideal iluminista de totalidade, argumenta, passou para a modernidade como um ideal de integridade dos objetos bem realizados. É por isso que surge um conflito entre alguns edifícios e seus usuários: o valor de certas construções como obra compete com seu valor enquanto uso, e uma das formas como isso se manifesta é nas maneiras como os agentes da preservação histórica interferem nas cidades, tentando fazer destas mais um museu de edifícios intocáveis do que um lugar para se viver.

Quando Sennet analisa aquele que considera o exemplo mais acabado do medo contemporâneo da exposição, o edifício de vidro de onde vemos a rua e a praça mas não as tocamos, seu subjetivismo cresce a ponto de comprometer a análise. Como se sabe, o criador dessa estrutura serial de metal para ser preenchida com vidro foi o alemão Mies van der Rohe, que fez parte da Bauhaus. Mies elaborou nos anos 30, 40 e 50 alguns edifícios segundo esse modelo, entre os quais o mais conhecido é o da Seagram's, em Nova York. Essa cidade, assim como muitas outras, está hoje repleta de edifícios envidraçados que se refletem uns nos outros, e um dos promotores desta vulgarização é o arquiteto Philip Johnson.

Esses edifícios geram, segundo o olhar de Sennet, uma estranha combinação de visibilidade e isolamento, de penetração visual entre exterior e interior. Mas é claro, diz ele, que os primeiros grandes arquitetos modernistas jamais desejaram que isso acontecesse, pois eram socialistas, iluministas, e queriam com sua arquitetura conceber uma sociedade mais unificada e coerente. Ele admite que a arquitetura urbana, ao contrário de esculturas e poemas, é um processo complicado que envolve Estado, banqueiros e clientes, mas é incapaz, como fez, por exemplo, David Harvey em *A condição pós-moderna*, de ver aí uma contradição do modernismo arquitetônico: estruturas metálicas, esclarece Harvey, servem tanto para construir os belos edifícios de Mies como as horrendas construções da costa de Las Vegas, pois são eficientes, rápidas e baratas, e nos anos 50 a construção ou reconstrução veloz era uma questão importante tanto nos Estados Unidos como na Europa. Foi então que o

modernismo tornou-se um estilo oficial.

Apesar dessas restrições, Sennet considera Mies o maior artista de seu tempo, e seu edifício, que é comprometido pelo uso, como se alguém tocasse uma peça de Beethoven livremente, é uma expressão moderna do sublime. A obra de Mies van der Rohe depende de equilíbrios tão precisos que o espaço se torna um espaço em si, alheio aos homens: os objetos se divorciam de seus usuários, investidos de seu próprio *mana*; enquanto Philip Johnson é apenas *um skilled craftsman* (Sennet deve saber que o popular Johnson já teve simpatias nazistas e que afirma construir para quem quer que financie suas obras).

Se, ao olhar a forma passada, ou a forma urbana presente mas herdada do passado, Sennet foi capaz de decompor as dimensões de poder, economia e cultura que estavam por detrás delas, quando ele chega ao exemplo contemporâneo fica paralisado por seus próprios gostos e preconceitos. A paralisia diante da beleza de um edifício de Mies (ponto sobre o qual estamos de acordo) não poderia obscurecer a análise. Ao chamar os modernos de iluministas e socialistas, ele parece estar tomando um discurso nativo como categoria explicativa, esquecendo-se de que Le Corbusier trabalhou tanto no Brasil de Getúlio Vargas como em Moscou e na Vichy ocupada pelos nazistas. Esta trama complexa entre ideário estético e político e condições reais de produção não é enfrentada em momento algum.

Recentemente pudemos observar uma emergência de estudos sociológicos e antropológicos sobre a cidade. Uma boa parte da literatura sobre a pós-modernidade trata desse tema, pois, como aponta Harvey, a cidade é tanto um cadinho que molda sensibilidades como um resultado de forças políticas e econômicas. Além disso sua arquitetura vem sendo palco de debates sobre a cultura posterior aos anos 50. Nessa tendência alinham-se tanto autores como Fredric Jameson e Sharon Zukin, que escreveram sobre modernidade e pós-modernidade tomando cidades como exemplo, quanto James Holston em sua detalhada análise de Brasília.

O trabalho de Sennet tem um mérito inegável, o de não tratar a forma do objeto analisado como mero epifenômeno, algo menos relevante do que as condições sociais que permitiram sua construção. Mas ao contrário de Holston, que extrai considerações perturbadoras sobre a primazia do público ou do privado de uma comparação entre o desenho urbano de Ouro Preto e o de Brasília, ou de Sharon Zukin, que examina os processos pelos quais bairros históricos são reabilitados enquanto novas construções tentam inventar tradições, Sennet parece ter perdido parte da capacidade de unir uma análise audaciosa a um profundo conhecimento histórico, como em *O declínio do homem público*, um pouco do conhecimento de sociologia urbana que acumulou em sua coletânea *Classic essays on the culture of the cities*, assim como a capacidade de redigir um texto analítico e pleno de atores como em *The hidden injuries of class*. Esperamos que sua promessa de chegar ao ponto culminante de uma trajetória venha a se cumprir em seu próximo livro.

**Silvara Rubino é doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP, professora da FAU-PUCCAMP e pesquisadora do IDESP.**

## *Declining fortunes: the withering of the American dream*

de K. Newman. Basic Books, 1993.

## *Executive defense; shareholder power and corporate reorganization,*

de M. Useem. Harvard University Press, 1993.

**por Roberto Grün**

A temática do estreitamento da classe média norte-americana foi acrescida de dois livros complementares que merecem destaque. De um lado, *Declining fortunes*, de Katherine Newman, descreve os caminhos através dos quais a geração dos *baby boomers* (nascidos durante a expansão econômica das décadas de 1950 e 1960) norte-americanos percebe a dificuldade de alcançar um status de classe média equivalente ao de seus pais. Essa percepção fica clara principalmente quando a aquisição da residência ampla de subúrbio, equivalente àquela de seus pais, torna-se um sonho

inacessível e quando se aproxima o momento de mandar os primeiros filhos para a faculdade, cujas mensalidades ficaram além da capacidade de financiamento de grande parte das famílias médias. O centro de seu material empírico são entrevistas com os membros de diversas gerações de moradores num subúrbio típico de classe média do estado de Nova York. Por sua vez, Michael Useem, em *Executive defense*, mostra os constrangimentos originários do mercado financeiro que produziram os grandes realinhamentos organizacionais imperantes no universo empresarial norte-americano a partir da década de 1980, os quais, por sua vez, levaram ao advento da "organização enxuta". A grande empresa norte-americana estreita cada vez mais o espaço para o desenvolvimento de carreiras executivas e é cada vez mais pressionada por atores externos às corporações no sentido de "cortar as gorduras", os privilégios de diversas ordens conseguidos pelos seus trabalhadores graduados e que sustentam o padrão de vida da parcela mais significativa das classes médias afluentes dos Estados Unidos. A partir da análise de sete casos representativos de "enxugamento organizacional" de grandes empresas, o autor descreve as mudanças da cena oferecida pelas grandes corporações e suas conseqüências.

Por trás da situação descrita por Newman reside uma questão de inadequação demográfica: as famílias de classe média norte-americana geraram, nas décadas de 1950 e 1960, mais candidatos a empregos e oportunidades que conduzem a altos salários que a economia pode oferecer no momento. Isso não só pelo crescimento demográfico absoluto como também pela incorporação no mercado de trabalho formal de um contingente feminino que na outra geração se recolhia à economia doméstica. Além da pressão feminina, a "ação afirmativa" em prol dos grupos étnicos estigmatizados coloca na mesma competição os membros das minorias afro-americanas e hispânicas, que estavam praticamente fora do mercado de trabalho para ocupações de classe média na geração anterior.(1)

A geração dos *baby-boomers* é dividida por Newman em dois segmentos cronológicos: *grosso modo*, os nascidos até 1960 e os que nasceram na década de 1960. Os fatos marcantes na socialização dos primeiros estão ligados à vaga de contestação de costumes e política dos anos 1960, que produziria um *ethos* altruísta na coorte. Essa sensibilidade seria responsável pela procura de oportunidades de inserção econômica em diversas ocupações no campo do trabalho social. Atingidos pela reversão de expectativas na esfera do consumo, os membros desse contingente apresentaram defesas cognitivas importantes vinculadas ao minimalismo em relação aos bens materiais ofertados pela sociedade local, que atualiza as atitudes antinstitucionais da década da contestação. Para os membros do segundo segmento cronológico o mundo parece mais cruel. Tendo sido socializados na *mouvance* da era Reagan, os membros da segunda leva dos *baby-boomers* desenvolveram uma sensibilidade mais individualista e aplicaram seus esforços escolares em carreiras que prometiam facilidades na busca de posições garantidas no universo empresarial. Mas, "tendo feito tudo certo", eis que a economia em contração e as empresas em enxugamento fizeram aparecer um mercado de trabalho incapaz de satisfazer as ambições da maior parte do contingente geracional.

Os empregos remuneram proporcionalmente menos que na geração anterior, e mesmo os lares com dois salários - a grande maioria agora - têm dificuldade de fazer frente às despesas consideradas normais para uma família de classe média. Vista do Brasil, é curiosa a dificuldade com que os entrevistados lidam com o fenômeno da inflação: para eles é chocante que a renda nominal dos membros da nova geração seja incomparavelmente mais alta que a memória dos salários dos membros da geração precedente, e, mesmo assim, tais rendimentos são insuficientes para proporcionar o nível de vida alcançado pelos pais dos profissionais que ingressaram no mercado de trabalho nos anos 1980. A especulação imobiliária é um fator importante na trama, já que faz disparar os preços das sonhadas "casas individuais de quatro dormitórios em estilo colonial" nos subúrbios, principal investimento das famílias de classe média, que seus pais tinham conseguido comprar com alguma facilidade no período de expansão do crédito doméstico mas que estão vedadas para a nova geração, que se candidata à aquisição da casa própria no mesmo período em que assiste ao naufrágio do sistema de "savings & loans" (poupança e empréstimos, que financiava os investimentos imobiliários). Da mesma forma, as taxas escolares para a faculdade subiram, justamente no momento em que o meritocratismos escolar, a *credential society*, afirma-se mais presente. Acentua-se o sentimento de despossessão: o padrão de vida dos *baby-boomers* fica comprometido não só no cotidiano como também em relação às perspectivas profissionais de seus filhos. Só sendo possível a aquisição de residências em bairros modestos (leia-se: interétnicos), o padrão das escolas públicas freqüentadas pelos filhos da nova geração também se rebaixa e a bola-de-neve da decadência social se alimenta.

A percepção da situação no seu conjunto configura-se como uma reversão de expectativas, de imensas conseqüências. O "sonho americano" sempre indicou que as gerações futuras, desde que se esforçassem corretamente, iriam desfrutar de um padrão de vida superior ao gozado por seus pais. Pela primeira vez na história, essa expectativa não irá se realizar:

Na melhor das circunstâncias, somente uma pequena parte dos milhões de *baby-boomers* verá sua promoção para o nível gerencial. Muitos verão chegar o ápice de suas carreiras aí pelos quarenta anos de idade, deixando os vinte ou trinta anos seguintes de suas vidas de trabalho sem nenhum avanço (se tiverem a sorte de escapar das pressões do enxugamento organizacional ou dos problemas econômicos gerais). Além da pasmeira que o não-avanço produz, aparecem suas importantes conseqüências financeiras: os *boomers* não terão os incrementos salariais que os colocariam no mesmo patamar um dia alcançado por seus pais. O não-avanço, ao lado das cada vez mais freqüentes recessões e a pressão inflacionária contínua, terão como conseqüência, a longo prazo, a erosão do seu padrão de vida, um padrão que já fica abaixo de suas expectativas iniciais. [p.16]

E necessário reforçar as tintas: num livro anterior,(2) a autora faz uma etnografia de setores decadentes específicos das classes médias - mulheres divorciadas, executivos desempregados, trabalhadores especializados que perdem suas defesas corporativas etc. num subuniverso que totalizaria 20% do contingente associado àquela condição social. Agora, trata-se de uma análise sobre o centro mesmo das novas gerações das classes médias, anunciando um mundo muito menos promissor que aquele prometido pelo *American dream*, mesmo para a maior parte dos atores sociais que seguiram à risca a receita do sucesso, mesmo para aqueles que dispunham, aparentemente, de todas as propriedades raciais e sociais

para galgar posições na sociedade. Dessa forma, podemos dizer que a reversão de expectativas de mobilidade social ascendente, detectada no Brasil por Pastore e Haller, (3) deve fazer parte de um processo mais geral do mundo capitalista, vinculado às transformações nas esferas do trabalho e do *welfare* e extremamente reforçado pela prevalência de ideologias individualistas. (4)

Diante do impasse, a autora mostra um leque de elaborações que vai desde a culpabilização das minorias raciais e sexuais "privilegiadas" pela ação afirmativa até questionamentos mais amplos da justiça do tecido social norte-americano. Outro ponto de grande interesse é o aparecimento de um conflito geracional distinto dos padrões anteriores. Agora, "nos escombros do *welfare State*", a geração dos *baby-boomers* luta pela continuidade dos subsídios federais às escolas e pelo crédito habitacional mais barato, *contra* a geração anterior, mais interessada em orçamentos governamentais que privilegiem a melhoria da assistência médica e valorização das aposentadorias e, no plano municipal, em baixas taxas de moradia que acabam prejudicando o financiamento da escola elementar pública. Uma vez que a geração do atual *gray power* está mais bem representada nas esferas governamentais por meio dos diversos *lobbies*, as batalhas desse conflito costumam ser vencidas pelos advogados da geração dos já aposentados. Também merece destaque a análise em que a autora aponta a maior facilidade organizacional de se construir uma pauta de reivindicações de interesse dos aposentados - bem unidos por essa condição - em face da dispersão dos interesses da geração que está em atividade profissional, entrecortada pelos conflitos que seus membros travam entre si no mercado de trabalho (pp. 219-9).

*Executive defense* trata de uma série de fenômenos muito explorados na cinematografia hollywoodiana - por exemplo no filme *Com o dinheiro dos outros*, (5) onde um tubarão de *Wall Street* (DeVitto) tenta realizar, mediante a aquisição de ações, a compra litigiosa de uma empresa metalúrgica da Nova Inglaterra, cujo proprietário original é protagonizado por Gregory Peck. Evidentemente, diante da perspectiva do desmembramento dos ativos da empresa e da drástica diminuição do seu número de empregados, com o conseqüente prejuízo para toda a cidade, a pequena comunidade local tenta apoiar Gregory Peck, para manter a empresa funcionando no seu ritmo tradicional. Nesse filme, como em outros do gênero, (6) escapam da trama uma série de atores coletivos cinzentos, cuja construção enquanto personagens "de novela" é mais difícil. E são justamente essas as personagens do livro de Useem: os fundos de pensão e os fundos de investimento. A pressão contra as empresas "inchadas", que aparece na mídia como um esforço protagonizado apenas pelos *corporate raiders*, como a personagem de DeVitto, é também exercida por fundos de pensão, principalmente de funcionários públicos - como o Calpers, dos funcionários públicos do estado da Califórnia ou o fundo de pensão dos funcionários da prefeitura de Nova York, que chegavam a aplicar, no início da década de 1990, recursos da ordem dos 56 bilhões de dólares o primeiro, e 45,2 o segundo. Comparativamente, o valor de mercado da AT&T, maior empresa norteamericana por esse parâmetro, era de 39,1 bilhões, o da General Motors, a segunda, era de 36,3 (LJseem, p. 256, Tab. A.3). (7)

Quando o mercado de ações era dominado por atores individuais, no momento em que um acionista se mostrava descontente com uma determinada empresa o comportamento mais freqüente era vender suas ações e comprar de outras empresas, o *exit* de Hirschmann. Os fundos de pensão, que movimentam quantias enormes, são obrigados a dispersar seus investimentos em centenas de empresas, de forma que o *exit* não lhes é permitido. Eles passam a exercer seu direito, até então teórico, de participar dos conselhos de administração das empresas, com propostas de conduta que procuram maximizar o retorno de seu investimento em ações no curto prazo, questionando drasticamente uma série de prerrogativas do *management*, principalmente no que diz respeito a salários e bônus recebidos sem relação com a performance da empresa, excessiva quantidade de gerentes e benefícios não salariais. O processo de adequação das grandes empresas às restrições impostas pelos acionistas faz-se por meio de uma pressão contínua das altas direções sobre os níveis intermediários da gerência, impondo a busca de resultados a curto prazo, ao mesmo tempo que aumenta a autonomia relativa dos médios gerentes nas suas operações cotidianas. Desta forma, o processo é contraditório nas consciências dos gerentes médios: de um lado, aumenta a pressão e muitos perdem o emprego, por outro, para os que permanecem na empresa, o aumento de autonomia, o *empowerment*, é visto positivamente. (9) Nesse processo esvaziam-se literalmente os escritórios centrais dos conglomerados: num caso famoso, o *buyout* (fechamento do controle acionário de uma empresa pela compra das ações que estavam anteriormente disponíveis no mercado) da KKR/Nabisco, dramatizado em filme, (10) os escritórios centrais da empresa, que contavam com quatrocentos executivos passam, depois da aquisição, a trabalhar com apenas treze gerentes.

A resposta do *business* ao desafio dos atores externos é muito curiosa: depois da ofensiva dos anos 1970 e 1980 contra a interferência do governo na atividade econômica, as grandes corporações buscam agora proteção dos governos estaduais contra o *takeover* (aquisição do controle de uma empresa sem o consentimento de sua direção) e outras intervenções menos drásticas dos acionistas, mediante uma legislação que restringe a ação dos atores externos sobre as empresas (pp. 173 ss.). Como as grandes corporações e sindicatos operários - irmanados nessa ação - têm grandes investimentos políticos regionais, as legislações em geral são aprovadas. Para quem acompanhou a trama descrita no livro anterior de Useem (1984) - quando o *business* repudiava com fervor missionário os excessos intervencionistas dos governos inspirados no neokeynesianismo, ajudando a instituir a década de Reagan - a nova configuração guarda uma pitada de ironia.

Em nível microssociológico, merecem também destaque as constatações do autor a respeito da relação que os executivos têm com a ciência do *management* - seus entrevistados utilizam quaisquer materiais, apontando quaisquer evidências, que suportam ou não suas atuações nas empresas, como indicações do acerto das estratégias empresariais que estão empreendendo. Embora não haja nenhuma evidência científica razoável de que a nova empresa enxuta seja mais eficiente que sua antecessora mais burocratizada, a nova forma organizacional adquire status de paradigma incontestável, corroborando a hipótese neo-institucionalista sobre a difusão de formas organizacionais. (11) Assim, num quadro de "profecia auto-realizante", a eficiência acaba sendo gerada pela legitimidade, quando credores consideram as empresas assim gerenciadas como eficientes e diminuem a pressão sobre elas, executivos e empregados em geral trabalham mais animados nas empresas consideradas de alta performance, os vários níveis de governo apóiam as demandas da empresa considerada enxuta, o mercado de ações recebe bem as solicitações de capitalização, e assim por diante. (12) Um corolário importante é que as organizações não lucrativas, das agências governamentais às instituições de filantropia,

passando por escolas e museus, acabam tendo de conformar-se ao novo modo de gestão, dada a influência que tem o *business* em toda a sociedade.

Somando-se o quadro descrito em cada um dos livros, eis que temos um mundo pouco promissor para os jovens oriundos das classes médias norte-americanas. K. Newman apresenta-nos uma situação de conflito em várias frentes: entre as gerações, pela definição e apropriação dos serviços sociais; entre os membros da mesma geração dos *baby-boomers*, por posições no mercado de trabalho, e, mais genericamente, uma luta para definir o sentido das carreiras pessoais e profissionais. M. Useem mostra como a redução do número de quadros nas grandes empresas virou um verdadeiro princípio organizacional, criando uma situação de difícil reversão, onde a conquista de um lugar ao sol é cada vez mais problemática, contribuindo para o advento de uma sociedade cada vez mais dicotomizada e revertendo o padrão secular que indicava o aumento relativo dos contingentes de classe média nos países do capitalismo central.

## NOTAS

1. Sobre os efeitos dessa concorrência no recrudescimento do racismo, ver J. Rieder, *Cmursie: the Jews niul Italinnns uf Brvoklyn against liberalism*. Harvard University Press, 1985.
2. *Falling from grace: the experience of downward mobility in the American middle class*, Vintage Books, 1988.
3. J. Pastore & A. Halpern, "O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In J. P. Reis Velloso & R. Cavalcanti de Albuquerque, *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo, Nobel, 1993, pp. 25-49.
4. Sobre a mutação ideológica dos anos 1980 e suas relações com as expectativas de curso de vida das classes médias, a autora se apóia em grande parte em B. Ehrenreich, *Fear of falling: the innern of the middle class*, Harper, 1990. Sobre as transformações econômicas propriamente ditas, a principal referência do livro é *The great U-turn: corporate restructuring anil lhe polarizing of America*, de B. Harrison e B. Bluestone, Basic Books, 1988.
5. *Other's people money*, dirigido por Norman Jewinson, com Danny DeVitto e Gregory Peck, disponível em vídeo no Brasil.
6. Sobre a lógica da construção dessas personagens e sua relação com o momento ideológico norte-americano, ver E. G. Traube, *Dreaming iderrtities: class, geruter anil generation in 1980 :c Hollywood movies*, Wesvlew, 1992.
7. Esse dado deixa muito o que pensar a respeito da atual ofensiva de diversos órgãos da imprensa contra os fundos equivalentes brasileiros. Trata-se de um ator importantíssimo na trama dos mercados financeiros dos países modernos que, a exemplo do que se fez com os fundos de pensão administrados pelos sindicatos de trabalhadores brasileiros de antes do golpe de 1964, pode escapar do controle dos atores econômicos "tradicionais".
8. Seria de se indagar se a disposição dos fundos de pensão em investir contra as prerrogativas já tradicionais do *management* não representa uma reação ao ataque cerrado que o *business* empreendeu contra o setor público norte-americano no decorrer da década de 1980, descrito pelo mesmo autor em *The inner circle: large corporations and the rise of business political activity in the U.S. and U. K.*, Oxford, Oxford University Press, 1984, e por B. Ehrenreich (cit.). Segundo Useem, dado o "recentramento" nas atividades-fim das empresas que se segue ao advento do poder dos acionistas, a capacidade de ação política concentrada que o *business* demonstrou na década passada, analisada em *The inner circle*, diminuiria bastante na década de 1990.
9. V. Smith, em *Managing in the corporate interest: control and resistance in an American bank*, University of California Press, 1990, apresenta, em nível monográfico, um processo da natureza dos que Useem descreve em termos macro, mostrando os instrumentos utilizados pela alta direção de um grande banco da Califórnia no *aggiornamento* de sua média gerência.
10. *Selvagens em Wall Street [Barbarians at the Gate]*, dirigido por Glenn Jordan, com James Garner e Jonathan Pryce nos papéis principais, disponível em vídeo no Brasil.
11. Ver, de W. Powell e P. DiMaggio, "The iron cage revisited: institucional isomorphism and collective rationality in organizational fields", in *American Sociological Review*, 1983 n.º 48, pp. 146-60, e N. Fligstein, *The transformation of corporate control*, Harvard University Press, 1993.
12. Um exemplo da avaliação positiva das novidades no *business* norte-americano pode ser encontrado em "Ready to take on the world", in *The Economist* (15/1/94, pp. 65-6), que é justamente, ao lado do *Wall Street Jouneal*, um dos principais formadores de opinião dos gerentes e grandes empresários do mundo anglo-saxão. Sobre essa influência dos órgãos da imprensa de negócios na criação de um "senso comum" do mundo dos negócios, ver W: Parsons, *The power of fruutcial press*, Rutgers University Press, 1990.

**Roberto Grün é professor do departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador no IDESP. E também doutor em Ciências Sociais (Unicamp, 1990) e autor de *Armênios em São Paulo: negócios & famílias* (Sumaré, 1992).**

# *Força sindical: uma análise sócio-política*

de Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso.  
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 172 pp.

por **Ricardo Antunes**

O movimento sindical brasileiro encontra-se, nesta década de 90, numa encruzilhada. Vivemos num contexto produtivo marcado por uma *globalidade desigualmente estruturada*, onde a velocidade das transformações tecnológicas tem como consequência imediata a nefasta exclusão de enormes contingentes de trabalhadores, intensa nos países centrais e brutal nos países de Terceiro Mundo industrializado como o nosso. Essa prevalência da lógica do capital tem ainda como resultante a desorganização das classes trabalhadoras, atingindo diretamente seus organismos de representação. Se na Europa, EUA e Japão os sindicatos vivenciaram uma crise intensificada ao longo da última década, no final dos anos 80 e início dos 90 a crise atingiu com intensidade o sindicalismo brasileiro.

A CUT, que se iniciou em 1983 enquanto *movimento* sindical de inspiração anticapitalista e fundada num ideário com contornos socialistas, vive hoje um momento difícil. Arrisca-se a perder o que de mais importante conseguiu conquistar - uma expressiva e diversificada base social assalariada - ao longo de seus dez anos. Mas, se até pouco tempo ela não tinha um contraponto efetivo, a partir de 1991, com o nascimento da Força Sindical (FS), viu esse quadro alterar-se ainda mais. Efetuando uma mescla entre o velho sindicalismo atrelado e um ideário neoliberal agudamente pró-capitalista e privatizante, a FS veio preencher um espaço para o qual o velho peleguismo se mostrava incapaz: veio para se constituir na *nova direita*, orgânica, atuante e dinâmica no sindicalismo brasileiro.

O livro *Força sindical*, de Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Cardoso, oferece-nos um retrato dessa nova variante do sindicalismo brasileiro: aproveitando-se do congresso de fundação da central sindical, os autores fizeram uma detalhada pesquisa empírica, tanto dos delegados quanto da cúpula da FS. Não se trata, portanto, de um estudo sobre a *atuação concreta, sindical e política* da FS. O que o livro nos oferece é uma radiografia do momento constitutivo da central, expondo algumas tendências que permitem visualizar suas dimensões básicas.

A primeira constatação importante, presente nos primeiros capítulos do livro, é dada pela forte presença da *burocracia sindical* no interior da FS. Perante, de um lado, a oposição que o velho sindicalismo fazia à CUT e, de outro, a inoperância da CGT, a FS mostrou-se como o caminho natural de um grande contingente de "dirigentes sindicais" que faziam renhida oposição ao sindicalismo combativo e que se sentiam pressionados a diferenciar-se do peleguismo sindical de que faziam parte. Dois fatos confirmam essa hipótese levantada pela pesquisa: a idade relativamente avançada dos delegados do congresso e seu prolongado tempo de permanência nas diretorias dos sindicatos. Dizem os autores:

"[...] especialmente para os diretores de pequenos sindicatos com fraco poder de barganha, a adesão à Força Sindical significaria não somente um apoio no que tange às relações com o patronato como também uma proteção contra as investidas de ativistas ligados à CUT."

E mais: se uma das marcas da FS é sua presença na velha burocracia, sua fragilidade é reafirmada pela inexpressiva representação dos trabalhadores no seu congresso de fundação, basicamente composta pelos metalúrgicos de São Paulo, trabalhadores da alimentação, do comércio e serviços, que juntos compreendiam quase 70% dos congressistas. Praticamente nada do mundo assalariado rural, nada do sindicalismo dos funcionários públicos, nada dos núcleos de ponta do operariado brasileiro.

Comparado aos congressos da CUT, como o livro evidencia, a diferença é enorme. Na verdade, trata-se de uma central *totalmente* embasada na velha estrutura sindical burocratizada e que conta com uma liderança sindical nacional, Luís Antônio de Medeiros, que está política e ideologicamente articulada e sintonizada com os interesses das classes dominantes e que cumpre papel de relevo na desorganização das classes trabalhadoras.

O capítulo que trata da participação feminina confirma o burocratismo intrínseco da central: somente 14% do total dos delegados eram compostos por mulheres, muitas delas oriundas da burocracia de apoio dos sindicatos (datilógrafas, secretárias da diretoria etc.), e não por membros da direção sindical propriamente dita.

O capítulo que trata das orientações políticas (preferência/filiação partidária e votação presidencial) tem indicações curiosas: o PT foi o partido preferido pelos delegados (17,7%), seguido muito de perto pelo PMDB (16,9%), PDT (16,6%) e PSDB (13,5%). Entretanto, quase 20% declararam não ter preferência partidária, sendo que aproximadamente 24% dos delegados não responderam a essa pergunta, o que possibilita supor

a presença de uma simpatia (camuflada) a Collor. Na direção nacional da FS, o PDT liderava com 27,8%, seguido pelo PMDB com 23%, o PSDB com 13,1 %, o PCB com 11,5% e o PT, por último, com 3,3%. Lula foi o mais votado pelos delegados no primeiro turno (27,4%), seguido por Covas, Brizola, Collor e Freire. Na direção nacional, Brizola aparece em primeiro com 31,7% e Lula cai para quinto, com 9,5%. Cerca de 75% dos delegados não estavam filiados a nenhum partido e 67% não tinham participado de nenhum congresso sindical anterior. Há, como se pode ver, algumas disjunções entre "base" e cúpula, mas, na ação concreta da FS, a cúpula, mais coesa ideologicamente, acaba impondo o ritmo de atuação da central.

Outras informações sobre profissão, idade, sexo, atuação sindical e concepções políticas são oferecidas no livro, o que possibilita a formulação, pelos autores, de inúmeras hipóteses/conclusões, muitas das quais provocativas e que poderiam ser problematizadas. Cito duas que me parecem mais polêmicas: primeira, a que minimiza a dimensão ideológica da FS, dotada de "baixo teor de ideologia", mais "corporativa" e "trabalhista". Creio, entretanto, que a FS é *altamente ideologizada*, tendo um ideário claramente burguês, em nítida sintonia com o conservadorismo neoliberal. A FS é a expressão sindical da jocosa onda Fukuyama. O apoio de Medeiros a Collor, bem como a campanha dessa central a favor das privatizações, só para dar dois exemplos, confirmam tal dimensão.

Segunda hipótese polêmica: a que sugere uma vantagem do sindicalismo de participação e de cooperação, preconizado, segundo os autores, pela FS, em face de um sindicalismo de confronto e dotado de inspiração anticapitalista. Nas palavras dos autores:

O modelo de sindicalismo de participação e cooperação com outras forças políticas, preconizado pela Força Sindical, parece mais adaptado às condições atuais da tecnologia e da organização empresarial e da ampliação dos espaços de atuação democrática, do que o modelo de confrontação, de "negociação adversária", defendido pela CUT.

Parece-me, entretanto, que a FS, embora flerte com a direita da socialdemocracia, acaba inspirando-se mais no postulado neoliberal, no *sindicalismo de negócios*. E acrescentaria: a crise aguda do sindicalismo europeu ao longo da década de 80 também não parece um exemplo que beneficie os defensores do sindicalismo de participação. Num momento em que as perdas dos direitos sociais têm sido uma constante até mesmo nos países capitalistas avançados que ainda convivem com um desemprego estrutural explosivo, terá futuro o transplante, para nós, de um modelo sindical que está em crise no centro? Estas e outras indagações são suscitadas a partir dessa pesquisa empírica bem realizada, que oferece uma radiografia detalhada das tendências que conformam a FS no seu momento de constituição. E que, acrescida do entendimento da sua atuação concreta, ajuda-nos a entender o significado real dessa vertente que efetuou uma simbiose entre o *velho sindicalismo* da estrutura sindical herdada do getulismo e o ideário neoliberal e conservador do *sindicalismo de negócios*. Plenamente integrada aos interesses da ordem.

**Ricardo Antunes é doutorem sociologia e professor de sociologia do trabalho na Unicamp. É autor de *A rebeldia do trabalho* (Campinas, Editora da Unicamp) e *O novo sindicalismo* (São Paulo, Scritta), entre outros livros.**

## *Redes de movimentos sociais*

De Ilse Scherer-Warren.  
São Paulo, Loyola, 1993, 143 pp.

### **Por Iara Maria Chaves**

Nas duas últimas décadas, os movimentos sociais (MS) foram objeto de várias pesquisas e fonte de inspiração para muitas utopias. Autores latino-americanos e internacionais postularam um novo paradigma político, em que o sujeito histórico perde seu caráter de classe e adquire ampla diversidade dentro do cenário social. A ênfase dada ao potencial inovador e transformador dessas ações coletivas, caracterizadas 'novas' MS, produziu uma expectativa relativamente otimista quanto a seus resultados mais imediatos. O fato de não ter ocorrido uma mudança radical na sociedade após duas décadas de atuação dos MS fez com que muitos dos autores revissem a importância dos mesmos. Esse, porém, não foi o caso de Ilse Scherer-Warren, autora de *Redes de movimentos sociais*. A relevância desse texto deve-se, precisamente, ao fato de expressar a análise dos MS em termos de 'redes de movimentos'. Isso lhe permitiu avançar de maneira criativa em relação à literatura existente, a partir de um contexto epistemológico muito rico de 'integração da diversidade', (1) circunstância que lhe possibilitou situar o cenário local em um campo transnacional onde, sob a forma de articulações e redes, acontecem as mais importantes manifestações desses atores sociais. A consequência dessa opção é muito fecunda em relação ao debate teórico sobre MS na América Latina, que é resgatado de seus principais impasses (entropia em termos de avaliação do seu potencial libertador inicial, de certa sensação de imobilismo, inércia e até mesmo desencanto). Isso abre o debate para uma maior interação com a diversidade e com o pluralismo dos valores, por perceber o papel articulador que os MS assumem no mundo 'único' e cada vez mais interdependente e comunicativo deste final de século.

O livro é composto por vários artigos de épocas distintas, e, se observarmos sua sequência, em forma de capítulos, podemos constatar a



sistematização da trajetória intelectual mais recente da autora (de 1986 em diante) e a linha por ela percorrida no desenvolvimento de sua atual abordagem teórica. Enquanto os capítulos II, III, IV e V, escritos na década de 80, ainda tematizam os 'novos' MS, os capítulos VI e VII já se referem a 'redes de movimentos' (RM).

O primeiro capítulo é norteador e encaminha a leitura dos outros. Nele estão mapeadas as distintas abordagens analíticas das ações coletivas nas Américas Latina e o leitor é introduzido nos debates teóricos dos MS de maneira geral e também nos de RM. Utilizando-se uma periodização em termos de fases, (1) de meados do século XX até a década de 70, quando se priorizam as abordagens de lutas de classe; (2) os anos 70, quando, a partir do Seminário de Mérida, no México, se passa a incorporar às análises interpretações de lutas históricas 'nacional-populares'; (3) os anos 80, quando a categoria 'movimento social' será a referência central para as reflexões teóricas e as pesquisas nessa área, e, além de serem detalhados os vários enfoques dos autores latino-americanos sobre essa temática, destaca-se como essas ações coletivas contemporâneas foram denominadas 'novos' MS; (4) as perspectivas para os anos 90 e a opção por priorizar o novo enfoque analítico de RM. A autora conclui refletindo que, apesar da preocupação atual em torno de problemas comuns, 'a humanidade como um todo está longe de qualquer uniformização de valores' e as "forças sociais atuam nas mais diversas direções" (p. 25).

Ressaltamos que o livro destaca as forças que, "embora apresentem contradições, têm se preocupado e defendido a resolução de problemas" comuns a toda a humanidade, "tais como a degradação ambiental, pobreza e desigualdade, o status da mulher na sociedade, padrões e políticas de direitos humanos, tráfico e uso de drogas ilegais e outros". Isso, para Scherer-Warren, "é uma opção ética" (p.25). A ética, de certa forma, é o fio condutor da problemática do livro e já estava presente em "Redescobrir nossa dignidade: avaliação da utopia da libertação na América Latina"(capítulo II), escrito em 1986. nessa fase a autora ainda não pensava em "redes", mas já considerava teoricamente a articulação de três movimentos: o feminista, o ecopacifista e a Teologia da Libertação, apesar de esta articulação ainda estar expressa como "penetração das utopias" dos dois primeiros movimentos, com seus valores feministas e pós-materialistas, com os valores espirituais e de direitos humanos do terceiro. Destaca-se aqui, além da reflexão teórica sobre a Teologia da Libertação na América Latina, o diagnóstico da existência de valores conflitantes entre esta e o movimento feminista, tais como os relacionados ao tema do aborto, dos contraceptivos e do casamento, problemas que se tornariam visíveis seis anos depois, no Fórum Global, no decorrer da Eco-92, quando feministas e ecologistas em geral discutiram as bases éticas para controle de natalidade, em vista do superpovoamento do planeta, ficando nítidas as dificuldades de incorporar as crenças religiosas a esse debate. (2)

O capítulo seguinte analisa como os 'novos' MS e seus 'mediadores' contribuíram para a contestação do autoritarismo e para o processo de democratização brasileiro. Enquanto os 'novos' MS (Bairro, Sem-Terra, Barragens), com seu agir, constroem "um novo sujeito social"(p.54), os "mediadores são os que estimulam as formas comunitárias de organização social" (p. 55). O principal mediador é a Igreja "através das Pastorais (Justiça e Paz, da Terra, da Juventude)", mas também os "agentes educacionais, líderes político-partidários, etc." (p. 59). Nesse artigo destaca-se a preocupação de observar o potencial de articulação que possuíam esses "novos" MS, pois isso os ajudaria a vencer suas dificuldades e limites quanto à expansão do modelo cultural que está por trás do seu agir político e "do seu conceber e viver a sociedade" (p. 60). Percebe-se esse potencial nos Centros de Educação Populares, na CUT, nas Pastorais que estimulam articulações tais como os Encontros Regionais, Estaduais e Interestaduais de Movimentos Populares (p. 60). No entanto, constata-se a existência de certos problemas no entrosamento dos movimentos de base mais populares e naqueles mais típicos da classe média, como os feministas e ecologistas. As dificuldades das várias entidades que participaram do Fórum Global das ONGs, durante a ECO-92, para resolverem no nível prático suas diferenças, comprovam empiricamente as deduções teóricas da autora.

Como o capítulo anterior, os capítulos IV e V referem-se ao momento de transição democrática no Brasil e "examinam casos específicos de reações populares" (p. 10). O capítulo IV, "Que há de novo nos movimentos sociais no campo?", tem como preocupação central verificar o quê, em "termos de cultura política e de princípios éticos", está emergindo nos "movimentos sociais no campo" (p. 10). Destacam-se os movimentos das Barragens, dos Sem-terra e o de Mulheres agricultoras em sua contextualização histórica e os pré-requisitos para as suas formações, seus alcances e limites, tanto de âmbito interno como em relação aos contramovimentos e ao Estado. A maior preocupação do artigo são: "os desafios para superar a tendência às análises fragmentadas da realidade" que afastam os estudiosos dos MS da "visão do inter-relacionamento das forças sociais ou, pelo menos, dos potenciais de articulação destas" (p. 76). Já em "Projetos de grande escala, a ocupação do espaço e a reação popular" (capítulo V), a autora "discute as formas de defesa dos explorados e expropriados em consequência desses projetos de grande escala durante o período autoritário, e as possibilidades de organização e interferência nos processos de planejamento estatal no período de democratização" (p. 11). Apesar de consciente dos custos sociais que implica a execução desses projetos e do impacto destes sobre populações "indiretamente atingidas" (p. 87), a autora deixou de incluir no artigo os custos em termos de impactos sócio-ambientais, o que teria ampliado as chances de se pensarem as possíveis articulações desses mesmos atores com os dos movimentos ambientalistas. Porém, essa articulação será a base para o artigo que compõe o capítulo seguinte.

"Movimentos sociais rurais e meio ambiente" verifica "as condições (reais e possíveis) de articulação entre a luta pela preservação da natureza e as lutas pela preservação de um determinado modo de vida (esta última como predominante nos movimentos sociais rurais)" (p. 95). Além disso, ressalta a preocupação de "explorar em que medida existe uma questão ética na articulação entre natureza (expressa nas lutas ecologistas) e humanidade (expressa nas lutas pela sobrevivência)" (p. 96). O artigo, de 1990, situa a autora entre os cientistas sociais brasileiros preocupados com a problemática ambiental,<sup>3</sup> na medida em que ela se preocupa com "verificar que tipo de articulações concretas vêm se realizando entre movimentos sociais rurais e ecologistas [...] e sob quais condições" (p. 96). Partindo da constatação de que "de um modo geral não

há uma consciência ecológica mais abrangente entre as populações rurais" e de que "ela apenas aparece quando é diretamente relevante para as condições de sobrevivência do próprio grupo" (p. 99), Scherer-Warren observa que a luta pela preservação da natureza só faz sentido enquanto luta pela preservação de um modo de vida. Afirma que é num "contexto histórico, em que os movimentos vêm assumindo as formas de redes com conteúdos éticos, que se iniciam as articulações entre a luta pela sobrevivência e a defesa da natureza" (p. 104). Aqui se analisa como se dá essa articulação entre os MS rurais, Movimento contra as Barragens, Movimento Indígena e Movimento dos Seringueiros, do Brasil. Conclui que, situando-se tal articulação em seu contexto histórico de desenvolvimento dos MS e "da crise do Estado contemporâneo para atender as demandas populares", resta verificar se esses movimentos rurais não estariam utilizando o discurso ecológico apenas para relegitimar as suas necessidades, sem adquirir "uma objetiva consciência ecológica" (p. 110). Esse artigo, apesar de inicial, expressa preocupações que os cientistas sociais que trabalham a problemática ambiental nem sempre visualizam, sendo por isso mesmo uma importante contribuição para essa área de interesse.

No último capítulo do livro, "Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90", Scherer-Warren denomina "as condutas sociais (ou coletivas) da sociedade brasileira dos anos 90", como "sociedade atomizada", "condutas de crise" e "movimentos sociais e condutas defensivas". Após explicitar os três tipos de conduta a autora destaca, no terceiro, como se constitui, nos anos 90, o processo de articulação em formas de redes. Afirma que "o princípio de articulação define-se [...], a partir de uma identidade que se constrói no plano dos valores, em torno de uma concepção de mundo" (p. 119). Ainda que de forma hipotética, sugere que as redes de movimentos que vêm se formando no Brasil apresentam algumas características comuns, como a "busca de articulação de atores e movimento sociais e culturais, transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político" (p. 119). Após explicar cada uma dessas características, conclui deixando algumas "questões/guias para investigação futura, que levam a pensar sobre significados políticos potenciais para as redes de movimentos", tais como: "construção de novas utopias", "práticas democráticas mais tolerantes com a diversidade, mas não à desigualdade", "um novo imaginário social de paz e não violência", e "em que medida a atuação das redes de movimentos nos campos cultural e político constitui-se em possibilidades de penetração/participação da sociedade civil na transformação da sociedade política propriamente dita" (p. 123). Aproveitamos para parabenizar a editora Loyola por sua nova coleção Estudos Brasileiros, que pretende ser um espaço de divulgação para trabalhos significativos de análise da nossa realidade, e também por ter-nos proporcionado uma sugestiva capa.

## NOTAS

1. Para chegar a esse ponto de vista epistemológico, a autora diz ter-se inspirado em Margaret Archer (1991), "Sociology of one world: unity and diversity", in *International Sociology*.
2. Ver "Tratado sobre população, meio ambiente e desenvolvimento" (1992), in *Tratado das ONG's*, Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global – Eco-92. Rio de Janeiro, pp. 202-5.
3. Segundo Paulo Vieira (1992), "A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)", in Daniel Hogan e Paulo Vieira (org.), *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Editora da Unicamp, pp. 103-48, Scherer-Warren estaria entre aqueles autores dedicados à pesquisa dos "impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento" (p. 114).

**Iara Maria Chaves é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem desenvolvido seu trabalho de pesquisa nas áreas de Ecologia Política e Movimentos Sociais.**

## *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará,*

de Curt Nimuendajú. Organização e apresentação de Marco Antonio Gonçalves. Campinas, Editora da Unicamp, 1993, 160 pp.

**por Luís Donisete Benzi Crupioni**

"[...] quando eu começo a falar sobre índios é sempre um nunca mais acabar", escreve Nimuendajú no final de uma longa carta que

contém várias informações sobre alguns grupos indígenas do Pará: Aparai, Wayana, Tiryó, Kaiapó, Mundurucu, Tembé, Arara, entre outros. A carta é endereçada ao indigenista Luiz Bueno Horta Barbosa, residente na cidade do Rio de Janeiro, e foi escrita em julho de 1920 em Belém do Pará. Nela, Nimuendajú reconhece que suas informações sobre os índios daquele estado eram ainda insuficientes e fragmentárias e que pouco acrescentavam ao já conhecido, a não ser o fato de que, agora, seriam por ele confirmadas. O destinatário da carta sabia bem o que aquela "confirmação" significava: um trabalho minucioso de reunião de informações, de leitura atenta de relatórios e periódicos, de entrevistas com índios e habitantes do local, de expedições às áreas afastadas: enfim, um cuidadoso trabalho de levantamento e conferência de informações que permitisse a elaboração de uma síntese do que se sabia, até esse momento, a respeito daqueles índios naquela região.

Tal carta precede outras duas - escritas em dezembro de 1920 e janeiro de 1921, e endereçadas ao mesmo indigenista - nas quais, entre outras questões, Nimuendajú faz ressalvas ao fato de o governo brasileiro estar apoiando a expedição do gen. P. H. Fawcett, qualificando-o de embusteiro; como aquele tipo que "se serve do índio como rótulo para obter subvenções e favores".

As três cartas foram publicadas no último capítulo do livro *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*, de Curt Nimuendajú, com organização e apresentação de Marco Antonio Gonçalves, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O livro é composto por três partes onde são publicados relatórios e correspondências de Nimuendajú endereçadas a Luiz Bueno Horta Barbosa, "inspetor de índios" do estado de São Paulo e que em 1910, ano da criação do Serviço de Proteção aos Índios, empregou Nimuendajú como funcionário do novo órgão para integrar as expedições de reconhecimento das áreas indígenas do interior do estado de São Paulo.

Os manuscritos permaneceram guardados no arquivo pessoal do indigenista Horta Barbosa por setenta anos, até que em 1983 os originais foram doados, pela filha do indigenista, ao organizador do livro. Esses textos de Nimuendajú, juntamente com outros materiais que fazem parte do Arquivo Horta Barbosa, encontram-se microfilmados no Centro de Documentação Etnológica do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

Infelizmente não há no livro informações sobre Horta Barbosa nem as cartas que este teria enviado para Nimuendajú, o que possibilitaria, sem dúvida alguma, contextualizar melhor o material ora publicado e avaliar a relação entre estas duas personagens da história do indigenismo brasileiro. O organizador não enveredou por esse caminho, que teria permitido esclarecer a natureza da relação de Nimuendajú com um alto funcionário do SPI, desvendando uma parte, entre outras ainda obscuras, da biografia de um etnólogo que marcou a etnologia de nosso país.

Na introdução, Marco Antonio Gonçalves explicita o caminho que preferiu seguir:

Toda vez que se tem a oportunidade de publicar os trabalhos de Curt Nimuendajú é praxe que o organizador faça também uma introdução comentando não só a nova publicação como também a vida e a obra desse homem que melhor dominou o conhecimento sobre os índios do Brasil na primeira metade deste século. Portanto, não seremos exceção. Em nossa apresentação, sua vida e sua fibra serão destacadas com o duplo objetivo de lhe prestar uma homenagem e salientar, ainda mais, o alcance de sua empresa etnológica. [p. 9]

O organizador apresenta sucinta biografia de Nimuendajú baseada em dados de outras biografias e comentadores, seguida da apresentação dos textos inéditos que integram o livro. A partir daí, procura estabelecer uma relação entre as datas e locais das expedições de Nimuendajú e os seus resultados, isto é, as publicações. Tem-se, então, um panorama das contribuições do etnólogo que, durante mais de quarenta anos em contato direto com quase meia centena de grupos indígenas, produziu obra vasta e diversificada que se ramifica pela etnologia, arqueologia, lingüística, cartografia, história, museologia e indigenismo.

A vasta produção de Nimuendajú contabiliza-se em cerca de setenta trabalhos - entre monografias, artigos, relatórios e levantamentos lingüísticos - publicados em diferentes periódicos e por importantes instituições acadêmicas, abordando temas como organização social, mitologia, cultura material, história, língua, religião e fornecendo informações gerais sobre os grupos indígenas estudados. Seus textos de caráter indigenista e as correspondências como as que aqui se publicam são frutos de suas viagens de reconhecimento ou de acompanhamento da situação de diversos grupos indígenas, empreendidas a cargo do SPI em diferentes localidades do país.

Alguns desses relatórios e cartas foram publicados em 1982 no livro *Textos indigenistas* (coordenação de Paulo Suess e introdução de Carlos Moreira Neto), que reúne textos escritos por Nimuendajú ao longo de toda a sua atuação. O livro ora publicado, por sua vez, reúne alguns dos materiais produzidos enquanto Nimuendajú residia em São Paulo, e alguns outros produzidos depois de sua mudança para Belém do Pará. São textos, portanto, que marcam o período inicial de sua produção.

Já se tinha notícia dos apontamentos sobre os Kaingang e sobre os Ofaié-Xavante, aqui incluídos, por meio das publicações de Von Ihering (1910 e 1912) e de Métraux (1947), que se utilizam dos dados de Nimuendajú sobre esses índios. Mas o próprio Nimuendajú reconhecia, em carta a Mansur Guérios, datada de 1944, que suas informações sobre os Kaingang eram incompletas e não se atrevia ainda a publicá-las, esperando poder um dia completar seus levantamentos (cf. pp. 28-9 da Introdução). Em uma nota de pé de página, o organizador justifica a oportunidade e o interesse de se publicarem tais relatórios: eles contêm dados importantes, do início do século, sobre os grupos indígenas, a respeito dos quais as informações até o dia de hoje são escassas.

O capítulo sobre os Kaingang é composto por três textos e dois vocabulários, em que Nimuendajú compara o levantamento lingüístico que realizou entre os "Coroados Kaingygn" com os de H. Seusch, entre os Botocudo Aweikoma, e o de F. Krause, entre os Caiapó do rio Araguaia. Em

"Notas sobre a organização religiosa e social dos índios Kaingang", escrito em abril de 1913, ele faz uma reconstituição histórica, que vai das denominações atribuídas aos Kaingang e seus significados à apresentação do mito de origem do grupo, onde emergem dois heróis culturais que marcam o pensamento dualista dos Kaingang, divididos em dois clãs exogâmicos. Finaliza o texto com a descrição das práticas e crenças associadas à morte. Os outros dois textos são curtos: "Notas sobre a festa kikio-ko-ia dos Kaingang" e "O jaguar na crença dos Kaingang do Paraná". Tratam, respectivamente, da festa do milho e da representação do jaguar na cultura Kaingang.

No capítulo sobre os Ofaié-Xavante são publicadas quatro cartas escritas entre janeiro de 1912 e março de 1913, de Porto Tibiriçá e Alegre, relatando o desenvolvimento de suas expedições para estabelecer contatos com os Ofaié e fazendo recomendações para ações futuras do SPI. Num longo relatório sobre os Xavante do Mato Grosso datado de 1913, Nimuendajú dá conta da história e dos desencontros dos Ofaié com os brancos, reunindo fatos e dados que pôde coletar durante sua permanência na área.

O interesse pelo conjunto do material reunido no livro extrapola, sem dúvida, a mera curiosidade por informações etnográficas pontuais. Revela muito sobre as condições nas quais Nimuendajú realizava suas expedições, informando não só sobre suas dificuldades, mas também sobre seus métodos de trabalho. Nas cartas há descrições impressionantes que nos permitem avaliar com mais objetividade as vicissitudes por ele enfrentadas na época, ao realizar seu trabalho de localização e identificação dos grupos indígenas, e de escolha de locais para instalação de postos do SPI: dificuldades em conseguir meios e recursos para os levantamentos, inexistência de informações atualizadas sobre a localização dos grupos, o que prolongava o tempo de realização das expedições em territórios pouco explorados e de difícil acesso, além da animosidade da população regional contra os índios e contra os funcionários do governo que procuravam melhor sorte para eles.

A narrativa econômica e precisa de Nimuendajú nos revela a dinâmica de atrocidades e de violência que dominava o sertão e que caracterizava a relação entre índios e moradores. Longe dos centros urbanos, onde o extermínio dos índios causava controvérsia, a realidade do sertão era permeada por disputas que resultavam em uma prática de matanças e escravidão de índios, contra a qual o Estado, embebido por ideais positivistas, pouco conseguia fazer.

O cenário que emerge dessas cartas, a compilação do que se sabia na época sobre os grupos indígenas mencionados e as informações etnográficas coletadas por Nimuendajú e apresentadas nesses relatórios até agora inéditos, fazem deste livro referência obrigatória para a comunidade de etnólogos, sempre ávida por novos materiais sobre essa figura ímpar que marcou o desenvolvimento da etnologia brasileira.

**Luís Donisete Benzi Grupioni é mestrando em Antropologia Social na USP e bolsista do CEBRAP.**

## *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda, (\*)*

de Wilma Mangabeira.

Rio de Janeiro, Relume-Dumará, coedição ANPOCS, 1993, 247 pp.

**por Armando Boito Jr.**

### 1

Este estudo de Wilma Mangabeira é uma importante contribuição para o preenchimento das lacunas ainda existentes na bibliografia sobre movimento operário no Brasil.

A autora elegeu um tema importante, o sindicalismo dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, e o enfocou de um modo complexo e pouco presente na bibliografia. Um dos eixos da pesquisa consiste no esforço para unir a análise sociológica das relações de trabalho na Usina Siderúrgica de Volta Redonda com a análise política das contradições do processo de redemocratização no Brasil, criando um quadro rico de determinações para o estudo da ação sindical dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional. O movimento dos "operários do aço" aparece como a ação coletiva de um grupo particular, enfrentando os problemas específicos da usina de Volta Redonda, e, ao mesmo tempo, inserido no conjunto do movimento sindical brasileiro e sujeito às injunções complexas da conjuntura política e econômica nacional.

Um segundo eixo da pesquisa consiste em caracterizar os metalúrgicos de Volta Redonda como um caso típico do denominado novo sindicalismo, e a partir daí refletir sobre as propostas e os limites do novo movimento sindical brasileiro. É polêmico e interessante o balanço crítico que a autora faz, com base no estudo do caso de Volta Redonda, desse novo sindicalismo. Considera que, em grande parte, esse movimento

não teria atingido o proclamado objetivo de democratizar o movimento sindical. O novo sindicalismo apresentaria ainda marcas do velho sindicalismo corporativo e burocrático.

## 2

Wilma Mangabeira efetua uma análise sócio-política da trajetória recente do sindicalismo metalúrgico de Volta Redonda.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi uma empresa-símbolo da política nacional-desenvolvimentista do Estado populista. Os funcionários da empresa estavam sujeitos a um regime de trabalho particular, residiam em casas fornecidas pela companhia, no sistema de *company-town*, e eram alvo privilegiado do discurso e da prática populista. Na década de 1970 essa situação mudou muito. A geração mais antiga de trabalhadores se aposentou, o regime de trabalho foi alterado e o novo operariado abandonou a antiga identidade de "funcionários da companhia" e assumiu a de operários metalúrgicos. Em 1979 organizou-se a oposição sindical à diretoria pelega de Waldemar Lustosa. Em 1983 a oposição, dirigida por Juarez Antunes, venceu a eleição e assumiu a direção do sindicato. Em maio de 1984, na conjuntura de crise do regime militar e sob o impacto do sindicalismo de São Bernardo e da vitória na eleição sindical do ano anterior, os metalúrgicos de Volta Redonda organizaram a primeira greve da história da CSN. Uma greve com ocupação da usina que "[...] estabeleceu nítida diferenciação simbólica entre a nova e a velha geração de operários" (p.84). A partir de então, os metalúrgicos da CSN realizaram uma série de greves, algumas delas articuladas com greves gerais nacionais, recorreram com frequência à ocupação da usina e foram alvo de violenta repressão.

Wilma Mangabeira estuda esse movimento ao longo do período 1984-90 e o divide em três fases.

Entre 1979 e 1984 assistiu-se à formação e afirmação do novo sindicalismo em Volta Redonda, o que correspondeu à ruptura do novo operariado com a geração de trabalhadores da época da *company-town*. Nessa fase inicial, foi decisivo o sucesso da greve de maio de 1984 e era grande a aceitação das lideranças do novo sindicalismo junto à base operária.

A segunda fase delimitada pela autora, que se estende de 1985 a 1987, foi marcada pela nova política de gestão da CSN. De um lado, flexibilizaram-se os postos de trabalho e reestruturaram-se as carreiras, afetando o nível de remuneração. De outro lado, a implantação da Nova República ocasionou a renovação de pessoas e de mentalidades na direção da CSN, o que redundou numa gestão mais democrática da empresa. Nesses anos, a insatisfação dos operários diante dos novos critérios de promoção e remuneração e a sua demanda para que a empresa divulgasse o novo sistema de classificação de cargos e salários foram encampadas pela diretoria do sindicato, o que a uniu às demandas operárias que brotavam no interior da usina. No mesmo período, a diretoria do sindicato conquistou, graças à nova política de gestão da empresa, o direito de fazer trabalho sindical dentro da usina.

A terceira e última fase do período analisado vai de setembro de 1987 a 1990. Após a greve de agosto de 1987, quando o movimento foi alvo de violenta repressão militar, a direção da CSN abandonou sua política de democratização da gestão. Foram demitidos os ativistas sindicais e representantes da CIPA e revogadas as cláusulas democratizantes que tinham sido acordadas em convenções coletivas anteriores. A direção da CSN inicia uma batalha pelo aumento da produtividade, pressionada pela política econômica de contenção do preço do aço e pela retórica governamental privatista, e aumenta a repressão dentro da fábrica. O trabalho de organização operária na fábrica passa para a atuação clandestina. Se nas duas fases anteriores o movimento seguia uma linha ascendente, pode-se perceber que a partir de 1987 e a crer na análise de Mangabeira, o movimento acumula dificuldades. A diretoria do sindicato, da qual já tinha sido expulso, na fase anterior, um grupo de esquerda, expurga, agora, alguns dirigentes mais conservadores.

Ao tratar dos conflitos e cisões na diretoria do sindicato, o estudo de Wilma Mangabeira foi premonitório. Diferentemente do que ocorria em São Bernardo do Campo, a diretoria anti-pelega que assumiu o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda em 1983 era uma frente instável, sujeita a cisões que vão se sucedendo ao longo dos anos 80. A autora relata com cuidado essas cisões e aponta, também, a relação desses conflitos na cúpula com tendências que se verificavam na própria base do sindicato. De um lado, parece haver um setor radicalizado dos operários que garante a predominância do grupo de esquerda, expurgado da diretoria do sindicato, no trabalho sindical e político dentro da usina. De outro lado, no grupo de operários não ativistas que a autora entrevistou, pôde-se verificar a existência de uma aspiração ao assistencialismo sindical e ao apoliticismo, o que servia de base aos dirigentes conservadores. A diretoria do sindicato vê-se, assim, no final dos anos 80, numa situação delicada: criticada pela esquerda e pela direita, tendo expurgado por via administrativa as minorias da gestão do sindicato, defrontava-se, ainda, com o descontentamento crescente nas bases e com a nova orientação autoritária da direção da CSN.

A derrota da diretoria cutista na eleição sindical de 1992 para a oposição conservadora ligada à Força Sindical, episódio ocorrido após o período coberto pela pesquisa de Mangabeira, não aparece, para o leitor do seu trabalho, como um raio em céu azul.

## 3

O segundo eixo da pesquisa, que consiste no balanço da experiência de Volta Redonda enquanto caso ilustrativo do novo sindicalismo, parece-nos conter alguns problemas.

A autora pretende opor o que denomina novo sindicalismo ao sindicalismo populista do pré-64 e ao sindicalismo burocrático e pelego do período do regime militar. Apresenta como características do novo sindicalismo: maior combatividade, maior representatividade, forte inserção nos locais de trabalho, busca da democratização do sindicalismo, posição contrária ao corporativismo sindical estatista, politização, presença no cenário político-partidário nacional (pp. 12 e 15). A partir dessas indicações, Mangabeira, surpreendentemente, inclui no novo sindicalismo praticamente todas as correntes, lideranças e organizações sindicais existentes no Brasil dos anos 80: a CUT, as duas CGTs, Jair Meneguelli, Juarez Antunes, Joaquinção, Antonio Rogério Magri, Luís Antônio Medeiros etc. (pp. 204-5).

Chama atenção a heterogeneidade política e ideológica das lideranças e organizações apresentadas como integrantes do novo sindicalismo. É difícil aceitar que uma liderança como a de Joaquinção se caracterizasse por uma "maior combatividade", ou que Luís Antônio Medeiros tenha procurado ou procure democratizar o movimento sindical. De resto, as lideranças das CGTs e da Força Sindical jamais assumiram, nem sequer no plano do discurso, uma posição contrária à estrutura sindical corporativa. Medeiros por muito tempo rejeitou, no plano da doutrina, qualquer intervenção política dos sindicatos. No grande divisor político-ideológico que foi o segundo turno da eleição presidencial de 1989, Medeiros apoiou Fernando Collor, enquanto a CUT apoiou a candidatura Lula. A pesquisa se ressentia da falta de uma definição mais restritiva e rigorosa do novo sindicalismo.

Talvez a autora tenha também ignorado os traços de permanência do passado nacional-populista no movimento operário de Volta Redonda, o que lhe dá uma particularidade dentro do quadro do novo sindicalismo. Como indica a própria autora, Juarez Antunes, a liderança sindical mais importante de Volta Redonda nos anos 80, consagrou-se como liderança política do Partido Democrático Trabalhista, o PDT do líder populista Leonel Brizola. Antunes se elegeu prefeito e deputado pelo partido que congrega as lideranças populistas remanescentes. No plano sindical, como mostra Mangabeira, Juarez Antunes imprimia uma direção de tipo personalista e paternalista (pp. 146 e 224). A situação da Companhia Siderúrgica Nacional, empresa estatal e companhia-símbolo do nacional-desenvolvimentismo, não deve ser assimilada à situação das montadoras de automóveis de São Bernardo, empresas privadas e multinacionais. Talvez a nova geração de operários da CSN ainda pague algum tributo à velha geração do tempo da *company-town* e dos discursos de Getúlio Vargas em Volta Redonda.

## NOTAS

\*. Versão modificada da tese de doutorado da autora, que lhe valeu o prêmio ANPOCS como melhor tese de doutorado do ano de 1992.

**Armando Boito Jr. é professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e autor do livro *O sindicalismo de Estado no Brasil: urna análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Hucitec, 1991.**